
A “CIVILIZAÇÃO” NA FORTALEZA DO INÍCIO DO SÉCULO XX:

UM DIÁLOGO COM NORBERT ELIAS

Maria Adaiza Lima Gomes

Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (2012). Atualmente é discente do Mestrado Acadêmico em História e Culturas da mesma universidade, onde atua com pesquisa no campo dos hábitos e costumes, analisando a atuação do jornal fortalezense O Nordeste; na tentativa de estabelecer um padrão comportamental para a população de Fortaleza no início do século XX. E-mail: adaizagomes@hotmail.com

**A “CIVILIZAÇÃO” NA FORTALEZA DO INÍCIO DO SÉCULO XX:
UM DIÁLOGO COM NORBERT ELIAS****LA “CIVILISATION” DANS LA FORTALEZA DE DÉBUT DU XX
SIÈCLE: UN DIALOGUE AVEC NORBERT ELIAS: UN DIALOGUE
AVEC NORBERT ELIAS**

Maria Adaiza Lima Gomes

RESUMO

O trabalho aqui apresentado discute a cidade de Fortaleza, entre as décadas de 1900 e 1930, no que se refere às transformações pelas quais esta passou neste período e a uma tentativa, por parte dos setores dominantes, de estabelecer um padrão de comportamento tido como civilizado para seus habitantes, principalmente para as camadas populares. A cidade, nesse período, passava por uma série de mudanças que iriam influenciar as preocupações com sua organização, higienização e seu “progresso”, principalmente por parte das elites e dos poderes públicos locais. Deste modo, os comportamentos tidos por estes grupos como transgressores passaram a ser combatidos com uma maior intensidade. Com isso, dialogando, principalmente, com Norbert Elias, buscamos perceber de que modo buscou-se inserir um “processo civilizador” na cidade de Fortaleza no período estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Civilização, Cidade, Comportamento.

RÉSUMÉ

Le travail présenté ici discute la ville de Fortaleza, entre les décennies de 1900 et 1930 en ce qui concerne les transformations qu'elle traversait au cours de cette période et une tentative, de secteurs dominants, à établir un modèle de comportement considéré comme civilisé pour ses habitants, en particulier pour les classes inférieures. La ville en cette période, a passé par une série de changements qui pourraient influencer les préoccupations avec votre organisation, l'hygiène et son “progrès”, en particulier par les élites et les gouvernements locaux. Ainsi, le comportement de ces groupes pris comme des joncteurs maintenant traité avec plus d'intensité. Avec ce dialogue, notamment avec Norbert Elias, nous cherchons à réaliser à quel point nous avons tenté d'insérer un «processus de civilisation» dans la ville de Fortaleza dans la période étudiée.

MOTS CLÉS: Civilisation, Ville, Comportement.

INTRODUÇÃO

Imaginar Fortaleza no início do século XX, quase sempre é pensar nas transformações pelas quais ela passou naquele momento. Esse foi um período em que a cidade já havia experimentado um considerável crescimento econômico. Com ele também vieram as remodelações urbanas. Assim, novos grupos foram surgindo ou se consolidando na sociedade, como os comerciantes, por exemplo, e com eles, novas relações sociais e regras de comportamento. Nesse contexto, se intensificaram as discussões a respeito da civilidade e do comportamento dos fortalezenses. Visto que as elites desejavam não só uma “modernização” dos espaços, mas também uma civilização das condutas. Pensando nisso, nosso objetivo central é trazer uma discussão sobre Fortaleza, entre as décadas de 1900 e 1930, no que se refere ao seu estudo a partir da concepção da ideia de civilização, bastante presente nos discursos nela propagados naquele período.

Segundo Jean Starobinski (2001, p. 14), o termo “civilização” foi constituído lentamente, ao longo do tempo, dando origem ao seu uso atual. Deste modo,

A palavra civilização pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e da ciência, crescimento do comércio e da Indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo.

Podemos perceber, assim, que o significado desta palavra foi formulado a partir de vários outros, que sugerem polidez dos costumes, educação e progresso. De acordo com Starobinski (Ibidem, p. 15), “civilização e progresso são termos destinados a manter as mais estreitas relações”. Acreditamos que em Fortaleza, no período aqui estudado, o termo foi utilizado maneira parecida, ou seja, quase sempre relacionado com o progresso que as elites locais desejavam. Porém, para entendermos a ideia de civilização presente na cidade nesse período é necessário conhecer o contexto de mudanças pelo qual passava o espaço urbano e a população fortalezense naquele momento.

A FORTALEZA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Conforme Ponte (2001), no período estudado as cidades brasileiras passaram por muitas transformações, com a proclamação da República, a abolição da escravidão e a

implantação do trabalho livre e assalariado. Elas trariam mudanças na infraestrutura urbana, e também na política, na sociedade e na economia.

Nos principais centros, segundo o autor, começava uma busca em se alinhar com a modernidade, em que eles deveriam ser, na perspectiva das elites e dos poderes públicos, remodelados aos moldes europeus. Um processo de disciplinarização da população, tentando um reajustamento social e comportamental, aconteceu em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e em Fortaleza com menor intensidade. No século XX, com a chegada do regime republicano, esse investimento na remodelação teria se intensificado na Primeira República. O novo regime significaria, para os setores citados, o progresso desejado para o país (Ibidem).

Ponte (Ibidem) nos diz que, guardadas as particularidades de cada local, ocorreu mais ou menos o mesmo processo nas mais importantes cidades brasileiras, entre o final do século XIX e a década de 1930. Ao mesmo tempo em que se procurava remodelar estruturalmente o espaço público, tinha-se também a intenção de adequar o comportamento da população a ele. Buscou-se inserir novos hábitos, cuidados higiênicos, e produtividade e interesse para o trabalho. A partir de então, as condutas que não estivessem nesses moldes, passaram a ser consideradas obstáculos para a inserção do progresso. Em Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX e com maior intensidade na Primeira República, ocorreram tentativas parecidas de modernização e civilização. Os principais grupos interessados por essa remodelação foram, segundo o autor, o dos comerciantes, enriquecidos com as importações e exportações e o dos profissionais liberais, entre estes uma elite de intelectuais.

Assim, o desenvolvimento provocado pela exportação do algodão cearense para a Europa, criando-se condições para que Fortaleza se tornasse o principal núcleo urbano tanto econômico como político e, por consequência, social do Ceará, e possibilitando um maior intercâmbio com outras cidades do Brasil e do exterior, impulsionaria essa pretensão remodeladora (PONTE In: SOUSA, 2007, p. 163; BARBOSA, F., 1997, p. 51).

Ante a essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas, e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas, capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus (PONTE In: SOUSA, op. cit., p. 163).

De acordo com Ponte, ainda na década de 1860, tais anseios começaram a se materializar. Nessa década foram criados o Lazareto da Lagoa Funda e a Santa Casa de

Misericórdia. Na década de 1870, a remodelação avança com a construção do Cemitério São João Batista (1872) a criação da Academia Francesa (1872), a instalação da Estrada de Ferro de Baturité (1873), a iluminação a gás carbônico e por fim, a elaboração da “Planta Tipográfica de Fortaleza e Subúrbios” pelo engenheiro e arquiteto pernambucano Adolfo Herbster (1875), inspirado nas reformas de Paris feitas pelo Barão de Haussmann, atualizando o traçado urbano em forma de xadrez elaborado pelo português Silva Paulet em 1818, facilitando assim o fluxo de pedestres veículos e mercadorias e também a vigília dos poderes públicos sobre os cidadãos. Já aí se percebe a preocupação com a ordem. Cresce também o número de empresas estrangeiras na cidade. A partir daí, são construídos grandes prédios públicos e calçamento nas principais vias (Ibidem).

Na década seguinte, são inaugurados no mesmo ano (1880) os bondes à tração animal e o Passeio Público. Ainda nessa década são inaugurados cafés (Java, Elegante, Iracema e do Comércio) nos quatro cantos da Praça do Ferreira, seguindo o exemplo dos cafés parisienses, onde se reuniam políticos, intelectuais e boêmios. (PONTE In: SOUSA, 2007).

Para Francisco Carlos Jacinto Barbosa (1997, p. 53):

Os investimentos civilizadores postos em prática em Fortaleza resultaram na problematização das condições de vida em seus aspectos natural e social. Neste sentido, os conhecimentos e práticas da chamada medicina social urbana tiveram papel fundamental à época, na medida em que, ao mesmo tempo, agiam no sentido de possibilitar o aumento das condições de salubridade e reeducar a população - sobretudo a parcela mais pobre, visando a sua adaptação ao “novo” modelo de vida na cidade.

A partir das problematizações sobre as condições de vida e da preocupação com a salubridade é que, segundo Ponte, o saber médico concorreu para o surgimento da Santa Casa de Misericórdia (1861); do Lazareto da Lagoa Funda, para tratar as epidemias; e para a criação do Asilo de Alienados e do Asilo de Mendicidade, em 1886, com o intuito de afastar do perímetro urbano os loucos e mendigos, considerados improdutivos e incompatíveis com a civilização que se pretendia inserir (PONTE, 2001).

Essas modificações não se deram apenas na estrutura física da cidade, mas também no meio social:

Na esteira daquele contexto de crescimento econômico-urbano, a estrutura social da cidade também sofreu importantes modificações com a emergência de novos grupos dominantes, a constituição de camadas médias afluentes compostas em razão da proliferação de profissionais liberais, além de um contingente de trabalhadores

pobres [...] (Ibidem, p. 24).

Nesse contexto, tinha-se também o interesse pelo seu embelezamento. Assim, foram aformoseadas as principais praças (1902 – 3), que, além da beleza, ditavam novas regras de convívio social e uso do espaço público (PONTE, 2001, p. 35 – 36); e foi construído o Teatro José de Alencar (1910) (Ibidem).

De acordo com o autor, o crescimento da população no período deve-se aos seguintes fatores: o crescimento comercial, novos serviços urbanos, a industrialização, a abolição do trabalho escravo e as secas periódicas. Devido ao aumento populacional, aumentaram os problemas sociais, pois se dificultou o controle dos seus habitantes. Daí a necessidade que as elites tinham de disciplinar os corpos e os hábitos do restante da população. Os Códigos de Postura foram instrumentos bastante utilizados na tentativa de intervir em tudo que era considerado desordenado e insalubre, ameaçando a ordem urbana e a saúde pública, ditando regras de como os cidadãos deveriam se portar nesse ambiente.

Para esse autor, as elites acreditavam que, naquele momento, para que o processo de modernização de Fortaleza se concretizasse, era preciso também que ela acontecesse concomitante a uma disciplinarização social. As mudanças deveriam se estender ao comportamento de seus habitantes. Através da leitura de obras como a de Ponte e também das fontes, podemos perceber a presença de discursos em torno das ideias de progresso, de civilização e de ordem, assim como intervenções remodeladoras do espaço e das condutas, que para as elites, poderiam significar a modernidade se aproximando cada vez mais.

Tudo o que foi aqui colocado, faz-nos perceber que em Fortaleza, no período estudado, ocorreu uma onda civilizadora que tentava se fixar. O período é caracterizado por uma série de transformações que imporiam uma redefinição do certo e do errado e de como se deveria comportar frente a essas mudanças, exigindo-se uma nova organização social e um novo modo de se portar no espaço urbano. Essas normas, então interferem na vida cotidiana, tentando remodelar os hábitos.

NORBERT ELIAS E SEU “PROCESSO CIVILIZADOR”

Partindo da reflexão acima, consideramos oportuno pensar em civilização a partir da perspectiva de Norbert Elias (1993), ou seja, que ela se dá a partir de um processo. Elias traz discussões sobre o “processo civilizador” nas sociedades ocidentais. Sabemos que seus pensamentos se referem ao contexto europeu. Portanto, ao trazê-las à tona, não se pretende aplicá-las à realidade estudada, tal qual como o autor pensou. Apenas se pretende tornar a ideia de civilização mais compreensível e entender de que modo buscou-se difundi-la em Fortaleza.

Segundo Norbert Elias (Ibidem), aconteceu, nas civilizações ocidentais modernas, um processo que resultou na transformação das condutas e dos sentimentos humanos, em que estes foram modelados. A esta o autor denominou “processo civilizador”. Ela haveria ocorrido como consequência de três fatores em conjunto: a organização da sociedade em forma de “Estados”; a centralização dos impostos e a monopolização da força física.

Porém não teria sido resultado de um planejamento das pessoas no passado, ou seja, não existiu um planejamento calculado em longo prazo com a finalidade de se chegar à civilização. Aconteceu através de um processo onde os planos e as ações dos indivíduos isolados no passado se entrelaçaram e resultaram em mudanças que nenhuma deles isoladamente planejou. Por esse motivo, o processo não haveria ocorrido de maneira racional, mesmo assim, teria ocorrido de maneira organizada, tendo, como consequência, uma dinâmica social onde as atitudes humanas mais irracionais se converteram em sentimentos de vergonha. Dessa pressão externa, surge, então, uma interna – o autocontrole – onde o indivíduo busca conter seus impulsos e suas emoções. Daí a civilização pode ser percebida como um longo processo onde ocorre a moldagem dos comportamentos humanos:

Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma ideia central concebidas a séculos por pessoas isoladas, e depois implantadas em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos “séculos do progresso”. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera sequência de mudanças caóticas e não-estruturadas (ELIAS, 1993, p. 193).

Para o autor, nas sociedades modernas, onde houve uma reorganização dos relacionamentos humanos, com uma cada vez maior diferenciação das funções sociais, em

que passou a existir uma interdependência entre as pessoas, houve, conseqüentemente mudanças nas estruturas da personalidade do homem, gerando uma forma de conduta e de sentimentos “civilizados”. Quanto mais diferenciadas as funções se tornavam, aumentava seu número, fazendo com que um indivíduo passasse a depender cada vez mais de uma maior quantidade de pessoas em suas ações, das mais simples às mais complexas. Ao passo que aumentava essa interdependência, as ações teriam de ser cada vez mais regulamentadas, fazendo com que cada ação individual desempenhasse uma função social. Por isso, cada indivíduo deveria controlar suas ações de maneira cada vez mais eficiente. A partir daí, as condutas tidas como “civilizadas” passaram a ser induzidas nas pessoas, desde crianças, pela sociedade, fazendo com que estas as incorporassem, tornando-as automatizadas. Elas passaram a praticá-las sem planejá-las e, às vezes, mesmo sem desejá-las (Ibidem).

Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados (Ibidem, p. 198).

Assim, para Elias (1993), quanto mais complexa a sociedade, mais complexo e estável será o autocontrole, pois ele está ligado à diferenciação e à estabilização de suas funções. Por isso, quanto maior a variedade de atividades que se têm de sincronizar, mais diferenciado será o autocontrole.

Pensando na ideia de civilização no caso de Fortaleza no início do século XX, podemos perceber que, com o desenvolvimento da cidade, e a criação de novos locais de sociabilidade (como o Teatro José de Alencar, o Passeio Público e os cinemas), novos meios de trabalho e, conseqüentemente, uma divisão mais complexa de funções dentro daquela sociedade¹, houve tentativas de modelação dos comportamentos dos indivíduos. A estes é imposta uma conduta adequada à civilização que se pretende inserir na cidade. Com a instalação dos bondes, por exemplo, estes passaram a significar um novo local de sociabilidade. Ao fortalezense, então, é exigido que se vista de forma diferenciada, pois para frequentá-lo, deve-se vestir adequadamente, aos moldes europeus. Segundo Ponte (2001, p.

¹Ponte (2001, p. 24) assinala que com o crescimento urbano de Fortaleza, houve a emergência de grupos sociais dominantes, que eram os comerciantes enriquecidos com as importações e exportações; a formação de uma classe média composta por profissionais liberais, além de trabalhadores pobres.

29): “exigia-se que os passageiros estivessem vestidos com decência: paletó, colarinho e sapatos”. Para Francisco Carlos Barbosa (1997, p. 62), “a maneira de portar-se nas vias públicas, nos cafés, nas praças aformoseadas, nos “clubs”, nos cinemas, no teatro e até mesmo no “bond”, fundava-se em exigências sociais responsáveis pelo tom de civilidade a que se pretendia enquadrar Fortaleza”.

Outro exemplo que podemos analisar é a noção de higiene que se procura difundir com maior intensidade nesse período. O indivíduo acostumado a hábitos não higiênicos, como jogar o lixo nas ruas, é induzido cada vez mais a não praticar esse hábito, pois Fortaleza deveria ser uma cidade higiênica. É o podemos perceber neste trecho do jornal “Gazeta de Notícias” de 19 de julho de 1927:

Um dos hábitos mais afeiantes dos nossos usos domiciliares é, sem duvida, o costume que se observa communmente em Fortaleza de ser despejado á rua o produto dos varrimentos feitos no interior das casas, maximé das salas de visitas.

Isto se nota com uma frequência de causar pasmo em qualquer trecho de Fortaleza, em casa cujos proprietários são, muitas vezes, pessoas de maior destaque em nossas rodas sociaes.

Não há nada que justifique semelhante pratica, integralmente [ilegível] de nossos foros de povo civilizado.

[...] No nosso posto cuja missão é justamente corrigir os abusos, não tememos contemporizações: fatos dessa natureza receberão sempre a nossa formal condenação!²

De acordo com o trecho do jornal, jogar o lixo nas ruas era um costume bastante comum em Fortaleza. Era tão comum que em qualquer local da cidade poderia ser visto, inclusive nas residências de famílias abastadas. Porém, esta era uma atitude vista, pelo autor do texto, como não civilizada, que por isso deveria ser evitada. Era um costume, que deveria ser corrigido. Por esse motivo, o autor demonstra sua reprovação à prática e diz que a missão do jornal é corrigir tais condutas, que sempre receberiam sua condenação. Assim como esse hábito, de acordo com nossas fontes, outros eram condenados, pois também eram vistos como não civilizados e como contrários à ordem na cidade, tais como a vadiagem, onde se incluem a prostituição, os jogos de azar e o consumo de bebidas alcoólicas.

Os periódicos do período tiveram um papel muito importante na disseminação destes discursos a respeito da higiene, da disciplina e da civilização. Através de notícias, queixas, denúncias, etc., publicadas cotidianamente, tanto redatores como leitores de alguns jornais da cidade buscavam ajustar a conduta da população a uma moral civilizadora,

² FORTALEZA AS CLARAS – CISCO PARA A RUA. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 4. 19 jul. 1927.

criticando os comportamentos indesejáveis e ditando a maneira como se deveria agir no espaço urbano remodelado e aformoseado. As queixas nos jornais, então, demonstravam a preocupação que se tinha com alguns hábitos da população, que eram vistos como opostos à ordem.

Segundo Elias (1993), esse controle exercido sobre o indivíduo pela sociedade, o qual exemplificamos acima, acaba sendo incorporado por ele. A agência controladora que se estabelece na sociedade corresponde à agência controladora que se estabelece no indivíduo, onde este passa a regular seus impulsos emocionais: “as pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos como uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida” (Ibidem, p. 202).

Assim, quanto mais racional for o indivíduo, quanto maior controle tiver das suas emoções espontâneas e dos seus impulsos, maior será sua vantagem social. A monopolização da força física e o aumento da interdependência social geraram uma transformação das condutas humanas em que resultou a moderação das emoções espontâneas e o controle das atividades, no presente, levando em conta o passado e o futuro e o hábito de ligar os fatos à suas causas e efeitos. Assim, as emoções individuais vão sendo controladas aos poucos (Ibidem).

Desse modo, o indivíduo controla seus impulsos momentâneos tendo em vista seus efeitos em longo prazo, passando este a agir de acordo com as normas sociais. Essas normas sociais são aprendidas desde a infância, quando os adultos induzem as crianças modelos de comportamentos vistos como adequados (ELIAS, 1993, p. 202). Os que não agem de acordo com essas normas são tidos “como anormais”. Por isso, do mesmo molde social surgem tanto os “bem ajustados” quanto os “desajustados” (Ibidem, p. 204).

Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente nas relações *entre* pessoas freqüentemente lutam, não menos violentamente *dentro* delas contra a parte supervisora de si mesma. Essa luta semi-automática da pessoa consigo mesma nem sempre tem uma solução feliz, nem sempre a autotransformação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle das emoções (Ibidem, p. 203).

No dia 07 de julho de 1922, o jornal “O Nordeste” noticia o fechamento de casas de jogos pela polícia, e faz o seguinte comentário:

Fortaleza, cidade das maiores do Norte, com foros de civilizada, não podia, absolutamente, continuar á mercê de tão triste e deplorável estado que lhe vinha emprestando a jogatina.

Além de casas estabelecidas publicamente, funcionando dia e noite, os passeios dos edifícios, o Mercado público e os pontos menos visitados da Capital eram teatro diário de perdição e miséria³.

De acordo com o texto, Fortaleza era tida como uma cidade com foros de civilizada. Porém algumas práticas, como a do jogo de azar, praticado publicamente, não condiziam com essa civilização, por isso elas tinham que ser evitadas.

Se comportar de maneira civilizada significa controlar os impulsos e agir de maneira moderada. Do mesmo modo que ceder às emoções e agir de maneira espontânea são atitudes que devem ser evitadas e não toleradas. O jogo, então, sendo uma atividade em que não se há um planejamento para o futuro, não se exige um raciocínio para que se perca ou se ganhe, não existem técnicas melhores nem piores na sua execução, se depende apenas do acaso, da sorte, não está dentro dos padrões do que seria considerado como prática civilizada.

A partir da observação dos trechos dos jornais acima citados, consideramos oportuno observar que no contexto estudado a civilização era buscada também, por parte da imprensa e dos poderes públicos, através da moralização da população. Deste modo, concordamos com Jean Starobinski, (2001, p. 12) quando este nos diz que “(...) civilizar a sociedade é corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade [...]”.

De acordo com Marta Emísia Barbosa (1996, p. 9), no período aqui discutido “parecia haver certa euforia em torno dos acontecimentos banais, em Fortaleza; muito embora fossem tratados com um tom alarmante e incisivo. O que parecia ser tolice para o fluxo diário dos indivíduos na cidade, tornava-se objeto de preocupação: o comportamento dos homens”.

Para a historiadora, a desordem, o crime e a delinquência passaram a ser discutidos com frequência na cidade. Porém todos apareciam como itens de um tema maior, que era a moral. Partindo desse discurso listava-se uma série de comportamentos que não deveriam ser praticados, pois representavam atentados contra a moral e a civilidade, tais como a vadiagem, incluindo aí a prostituição e vícios como a embriaguez. Comportamentos que, segundo a autora, representavam a desordem “invadindo” a cidade (Ibidem).

³A perseguição ao jogo – A ação da policia. **O Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 07 jul. 1922.

O seguinte trecho do jornal “Gazeta de Notícias” de 13 de julho de 1927 nos traz um exemplo de desordem ocorrida na cidade:

[...] Ouvimos assobios e gritos. Vimos então uma pobre velha, que insultada por meninos vadios e mal educados, proferia as palavras mais immoraes que imaginar se possa.

Notamos também o desandar da scena em um meio tão habitado por familias de distinção que continuaram a supportar tamanha falta de moralidade, em suas proprias calçadas.

A velha offensora da moralidade publica é uma de nome ‘Siri’, muito conhecida pela obscenidade de suas palavras.

No agrupamento havia desde o estudante ao operário, mas não vimos um só mantedor da ordem⁴.

Notamos neste pequeno trecho do periódico a presença de palavras como “imorais”, “ordem” e “moralidade”, esta última aparece duas vezes. Percebemos então o uso de um discurso que utilizava as palavras ordem e moralidade, tentando passar a ideia de que tal atitude seria uma desordem e uma imoralidade, devendo ser evitada. Por traz dos comentários sobre a população estava escondida a intenção de modificar os seus hábitos. Podemos perceber ainda que quem provocava a desordem era uma “pobre velha” e “meninos vadios e mal educados”. Ou seja, os comportamentos que incomodavam eram realizados por indivíduos pobres. O incômodo, como podemos observar, era causado porque essas pessoas estavam em “um meio tão habitado por famílias de distinção”. Entre os presentes no local, são citados estudantes e operários, mas nenhum membro das citadas famílias residentes no local. Isso leva-nos a pensar que os populares não seriam, de acordo com o texto, mantedores da ordem, mas os membros destas famílias sim. Portanto o comportamento das camadas populares incomodavam por serem realizados nos espaços frequentados pelas camadas abastadas da sociedade naquele período, que desejavam uma cidade ordenada.

CONCLUSÃO

Pelo que podemos perceber, mesmo com a tentativa de remodelação da cidade e todos os discursos a respeito da higiene, da ordem, da disciplina, do trabalho, do progresso, da civilização, etc., persistiam, porém, hábitos considerados não civilizados, não higiênicos e imorais, como jogar lixo nas ruas, falar palavrões, ingerir bebidas alcoólicas, jogar jogos de azar, prostituir-se, entre outros. A presença destas condutas transgressoras seria, na visão de

⁴VELHA INCORRIGIVEL. *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, p. 8, 13 Jul. 1927.

Francisco Carlos Jacinto Barbosa (1997), a força do hábito, já arraigado na população, que insistia em praticá-lo, visto que as reformas e o ordenamento e a civilização eram imposições. Concordando com essa visão, Marta Emísia Barbosa (1996, p. 179), aponta para a existência do binômio ordem – moral em Fortaleza, fazendo aparecer, assim, outro: desordem – imoral.

Ambos os autores compartilham a ideia de que as regras impostas aos indivíduos que compunham a cidade demonstravam que, na realidade o que acontecia, na maioria das vezes, era o oposto do que se idealizava. Isso porque mesmo com todos os aparatos de disciplinarização, a população, principalmente os mais pobres, encontrava, de forma astuciosa, maneiras de fugir dela e continuar vivendo seu cotidiano como o de costume, de modo contrário do que pretendiam as elites, ficando muitas vezes indiferentes às normas tidas como civilizadas por estas. (BARBOSA, F., 1997, p. 56; BARBOSA, M., 1996, p. 64).

Sendo assim, se havia essa necessidade de civilizar, ordenar, controlar, disciplinar, a população estava evidente que existiam, na cidade, sujeitos a serem civilizados, ordenados, controlados, e disciplinados. Ao mesmo tempo em que existia um desejo pelo progresso, existia também sua negação, de diversas maneiras, praticada pela população que, com suas astúcias, encontrava maneiras de continuar exercendo seus hábitos tidos como não civilizados. Do mesmo modo que existiam as normas de conduta, existiam também os transgressores.

Acreditamos que, mesmo com esta tentativa de controle dos hábitos, havia a resistência por parte da população, que procuravam maneiras de continuar vivendo como o de costume. Percebemos que a “proibição” das práticas citadas era uma imposição por parte dos setores dominantes da sociedade da época. Sendo assim, as ideias de civilização, de higiene e de disciplina não haviam sido incorporadas pela maioria da população, então ela preferia continuar com seus hábitos não civilizados.

Percebemos que o período aqui tratado não foi vivenciado por toda a população fortalezense de maneira igual. Pelo contrário, percebemos que para as elites o momento vivenciado era de mudanças que levariam a cidade ao progresso, onde se deveria buscar ao máximo práticas higiênicas e civilizadas. Já para os populares, o momento vivenciado era o da presença de discursos disciplinadores, que procuravam corrigir suas condutas, mas que, na maioria das vezes, eram apenas discursos, pois nos parece que na prática o que acontecia era o

habitual, ou seja, os populares procuravam continuar vivendo o seu cotidiano, com seus costumes, sem se preocupar tanto com o progresso e com a civilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Fco. Carlos J. **A força do hábito: Conduitas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.
- BARBOSA, Marta Emisia J. **Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. Salvador: EDUFBA, 1996.
- FONTENELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.
- GOMES, Maria Adaiza Lima. **“Paixão arraigada no seio da população”: Os jogos de azar no cotidiano fortalezense (1922-1930)**. Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2012.
- OLIVEIRA, José de Arimatea Vitoriano de. **Tempo moderno conforme a narrativa ou a memória, a crônica, a narrativa, o cotidiano: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). UECE. Fortaleza, 2010.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Èpoque – reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.
- RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **Tríade do Mal: civilização dos fracos no mundo do trabalho**. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 179-208, jul/dez. 2009.
- STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Artigo recebido em maio de 2014. Aprovado em setembro de 2014.